



## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO

**CURSO:** GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

**COMPONENTE CURRICULAR:** SAÚDE COLETIVA I

**FASE:** 2ª FASE

**ANO/SEMESTRE:** 2015/2

**NÚMERO DE CRÉDITOS:** 3

**CARGA HORÁRIA/HORA AULA:** 54h

**CARGA HORÁRIA RELÓGIO:** 45h

**PROFESSOR:** LARISSA HERMES THOMAS TOMBINI

**ATENDIMENTO AO ESTUDANTES:** QUARTAS-FEIRAS A TARDE

### 2. OBJETIVOS DO CURSO

#### 2.1 OBJETIVO GERAL DO CURSO

Formar profissional enfermeiro generalista com capacidade crítica, reflexiva e criativa, habilitado para o trabalho de enfermagem nas dimensões do cuidar, gerenciar, educar e pesquisar, com base em princípios éticos, conhecimentos específicos, interdisciplinares, considerando o perfil epidemiológico e o contexto sócio-político, econômico e cultural da região e do país, contribuindo para a concretização dos princípios e diretrizes do SUS.

#### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propiciar condições para o desenvolvimento de competências e habilidades gerais e específicas que permitam ao educando atuar nos diferentes cenários da prática profissional do enfermeiro, considerando os princípios e diretrizes das políticas públicas de educação, saúde e meio ambiente;

- Desenvolver uma formação acadêmica/profissional que contemple a articulação do ensino, pesquisa e extensão/assistência, tendo como elemento nuclear o processo saúde-doença e seus determinantes políticos, econômicos, sociais, culturais e ecológicos.

### 3. EMENTA

Estuda o histórico, conceito e estrutura organizacional dos programas/políticas de saúde no contexto brasileiro. Discute e reflete sobre o papel do enfermeiro na efetivação dos principais programas/políticas de saúde na área de atenção à saúde, tais como saúde da mulher, criança, escolar, adolescente, adulto, idoso, prevenção e controle das DSTs/AIDS, tuberculose, hanseníase, saúde mental, saúde bucal, saúde do homem, saúde indígena, entre outros

### 4. OBJETIVOS

#### 4.1 OBJETIVO GERAL

- Proporcionar discussão e reflexão do papel do enfermeiro frente a efetivação dos programas e políticas de saúde no Brasil, introduzindo o acadêmico no contexto atual da saúde coletiva.

#### 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar conhecimento e discussão sobre as políticas e programas de saúde no Brasil;

- Proporcionar reflexão do papel do enfermeiro frente a efetivação dos programas e políticas de saúde no Brasil, com ênfase nos processos educativos, introduzindo o acadêmico no contexto atual da saúde pública.

### 5. CRONOGRAMA E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

DATA ENCONTRO	CONTEÚDO
29/07/2015	- Recepção e acolhimento dos estudantes



- Apresentação e discussão do Plano de Ensino

### **POLÍTICAS E PROGRAMAS DE SAUDE**

- Retomada da história da Reforma Sanitária e a estruturação dos programas e políticas de saúde no Brasil.

05/08/2015

AULA 2

- Conhecendo e compreendendo a construção e organização de uma Política de Saúde

- Organização das Políticas e Programas de Saúde no Brasil  
- Principais programas/políticas de saúde implantados / implementados nos serviços e o papel do enfermeiro na área da assistência à saúde: Programas Estruturantes e Programas Transversais

12/08/2015

AULA 3

- Política Nacional de Atenção Básica e Estratégia Saúde da Família

- Saúde Bucal

- NASF

19/08/2015

AULA 4

### **SEMINÁRIO POLÍTICAS E PROGRAMAS DE SAÚDE NO BRASIL – M2**

GR 1 – Política Nacional de Humanização

GR 2 – Política Nacional de Promoção da Saúde

26/08/2015

AULA 5

GR 3 - Saúde da Criança

GR 4 - Saúde do Adolescente e do Jovem

02/09/2015

AULA 6

GR 5 - Saúde da Mulher

GR 6 - Saúde do Homem e Programa DST/HIV/AIDS

09/09/2015

AULA 7

GR 7 - Saúde do Idoso

GR 8 - Saúde Indígena



16/09/2015

**PROVA** (Inclui todos os conteúdos abordados na disciplina até esta data) – **M1**

AULA 8

**13/10/2015 – ATP**

**VIAGEM DE ESTUDOS**

(MATUTINO E VESPERTINO)

**14/10/2015 – ATP**

**VIAGEM DE ESTUDOS**

(MATUTINO E VESPERTINO)

04/11/2015

SOCIALIZAÇÃO VIAGEM DE ESTUDOS

AULA 9

RECUPERAÇÃO M1

## 6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os recursos didáticos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do componente curricular incluem estudo independente, aula expositivo-dialogada, seminário, discussão de textos e atividades de grupo.

- O estudo independente deverá ser realizado autonomamente pelo aluno conforme as especificidades e demandas dos conteúdos trabalhados em sala de aula, utilizando livros, artigos científicos e suporte extraclasse das professoras.
- Aula expositivo-dialogada: quadro, multimídia e bases de dados.
- Seminário: referências, periódicos, quadro, multimídia.
- Discussão de textos: livros e artigos científicos.
- Atividades de grupo: livros, periódicos, papel, canetas.

## 7. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

De acordo com a Resolução Nº 04/2014-CONSUNI/CGRAD que aprova o regulamento dos cursos de graduação da UFFS, **Art. 77**, “Aos diversos instrumentos de avaliação são atribuídas notas, expressas em grau numérico de zero (0,0) até dez (10,0), com uma casa decimal, podendo o docente atribuir pesos distintos aos diferentes instrumentos, devidamente explicitados no plano de ensino”.

A mesma Resolução, no **Art. 80** destaca que “O estudante que alcançar nota final igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), está aprovado no componente curricular”.

**Parágrafo único.** O estudante que obtiver a frequência mínima, mas que por razões excepcionais, devidamente justificadas, submetidas à aprovação do colegiado do curso, não conseguir completar a avaliação do componente curricular dentro do período letivo, terá registrada situação no sistema acadêmico como “Incompleta”, pelo prazo definido pelo colegiado.

Assim, a aprovação do estudante em cada disciplina ou atividade curricular se vincula à frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco), e ao alcance da Nota Final, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos, obtida a partir da média aritmética simples das duas médias.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem será realizada no transcorrer das atividades propostas de forma contínua e sistemática.

O componente curricular prevê: 1. Avaliação teórica; 2. Elaboração e participação na apresentação e trabalho no Seminário Políticas e Programas de Saúde e; 3. Relatório de Viagem de Estudos.

Assim, a M1 e M2 serão compostas:



- M1 – Avaliação teórica dos conteúdos trabalhados na disciplina.
- M2 – Elaboração, apresentação e entrega de trabalho para Seminário de Políticas e Programas de Saúde (8,0) + elaboração e entrega de relatório em grupo da viagem de estudos (2,0).

A divulgação do desempenho do estudante nas avaliações parciais ocorrerá no prazo máximo de 10 dias úteis após a sua aplicação.

Os relatórios devem ser entregues impreterivelmente na semana seguinte à ATP Viagem de Estudos. O aluno que não entregar na data receberá nota máxima de 1,0; em caso de doença, o aluno deverá apresentar cópia de atestado médico ao professor a fim de entregar o relatório sem redução de sua nota.

**A nota final será assim composta:  $(M1 + M2) / 2 = \text{nota final}$ .**

### **ATIVIDADES DE RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM**

Conforme previsto na Resolução nº04/2014-CONSUNI/CGRAD, art. 79, “Em seu plano de ensino, o professor deve prever a oferta de oportunidades de recuperação de estudos e de aplicação de novos instrumentos de avaliação ao longo do semestre letivo, sempre que os objetivos propostos para a aprendizagem não sejam alcançados”.

Assim, será oportunizada ao acadêmico a realização de uma avaliação escrita com possibilidade de recuperação dos conteúdos teóricos que compõem a M1. A nota obtida nesta avaliação escrita de recuperação será somada à M1 original, gerando uma nova M1 (M1 final).

**$M1 \text{ final} = (M1 \text{ original} + \text{prova de recuperação})/2$ .**

Estará aprovado no componente o aluno que obtiver média final maior do que ou igual a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75 %.

## **7. REFERÊNCIAS**

### **7.1 BÁSICAS:**

1. CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

2. CAMPOS, G. W. S.; GUERRERO, A. V. P. **Manual de práticas de atenção básica. Saúde ampliada e compartilhada**. São Paulo: editora Hucitec, 2008.

3. CARRARO, T. E.; MARY, E. A. **Metodologia para assistência de enfermagem: teorização, modelos e subsídios para a prática**. Goiânia: editora, 2001.

4. DESLANDES, Suely Ferreira. **Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

5. FIGUEIREDO, Nélia M. Almeida de. **Ensinando a cuidar em saúde pública**. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005.

6. VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação popular nos serviços de Saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

### **7.2 COMPLEMENTARES:**

1. BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.



2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Aprendendo sobre AIDS e DST – livro da família**. Brasília, 2000.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **O trabalho do ACS – manual do ACS**. Brasília, 2000.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Tuberculose: informações para ACS**. Brasília, 2001.
5. CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo das ações básicas de saúde: uma proposta em defesa da vida**. Margareth Lucia Paese Capra.(Org.). Caxias do Sul, 2000.
6. DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. **Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
7. EGRY, E. Y. **Saúde coletiva – construindo um novo método em enfermagem**. São Paulo: Ícone, 1996.
8. RAMOS, Flávia Regina Souza et al. **Um encontro de enfermagem com o adolescente brasileiro**. Brasília: ABEN, 2000.
9. TEIXEIRA, Carmen Fontes. **O futuro da prevenção**. Bahia: Casa da Qualidade Editora, 2001.
10. VASCONCELOS, Eymard Mourão et al. **Educação popular e a atenção a saúde da família**. São Paulo: Hucitec, 1999.
11. BRAVO, Maria Inês Souza. **A Política de Saúde no Brasil: trajetória histórica**. In: Capacitação para Conselheiros de Saúde- textos de apoio. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.
12. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica**. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.